



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1012838-50.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil**  
 Requerente: **João Carlos Dotta**  
 Requerido: **Pieno Arquitetura Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Dispensado o relatório. Decido.

Trata-se de ação em que o autor, proprietário do imóvel localizado na Rua 28 de Setembro, nº 2472, pede seja a ré, empresa que está construindo um edifício desde 2014 em imóvel vizinho, seja condenada nas obrigações de (a) colocar telas de proteção na obra, a fim de evitar que rejeitos e dejetos da construção caiam no imóvel (b) ressarcir despesas que o autor teve com limpeza (R\$ 200,00), pintura do quintal (R\$ 500,00), e limpeza de calhas (R\$ 150,00) (c) colocar rufo no muro removido parcialmente na parte que pertence ao autor (d) limpar o imóvel do autor (telhado, quintal, janelas e portas externas, calhas e interna), com substituição de peças e/ou pintura eventualmente danificadas após o término da obra da requerida (e) indenizar o autor por danos morais decorrentes do transtorno que o autor e sua família estão sofrendo com o caimento de rejeitos, barulho, incômodo aos finais de semana, perda da privacidade.

Há pedido contraposto em que a ré pede seja o autor, a fim de evitar transtornos futuros, condenado a erguer os muros de divisa do seu terreno com o do edifício.

Quanto ao pedido de colocação e manutenção de telas de proteção na obra, a fim de evitar que rejeitos e dejetos da construção caiam no imóvel, é de rigor a sua procedência, confirmando-se a liminar concedida às folhas 46/47, porquanto as fotografias que instruem a



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

inicial, folhas 19/27, 29/32, 38/41, comprovam que de fato o edifício estava sendo erguido sem as referidas telas, indispensáveis para minimizar os transtornos e os riscos advindos da obra para terceiros, apesar da adoção de outras cautelas, por exemplos as grades e bandejas mencionadas às folhas 103/104.

Tenha-se em conta que a afirmação da testemunha Aparecido Donizete dos Santos (folhas 2151/216) no sentido de que "as telas só podem ser fixadas após erguido o prédio, pois não há como prendê-las antes disso", não encontra respaldo probatório nos autos, tratando-se de assertiva isolada e não devidamente justificada para ser admitida pelo juízo.

A propósito do pedido de ressarcimento de despesas que o autor teve com limpeza (R\$ 200,00), pintura do quintal (R\$ 500,00), e limpeza de calhas (R\$ 150,00), observamos (a) o primeiro não está comprovado por qualquer meio, por isso não será ressarcido (b) o segundo está provado pelo depoimento do pintor contratado, José Augusto da Silva, ouvido à folha 212, mas não será ressarcido pois ao que emerge de sua própria narrativa a sua contratação se deu não em razão de estragos advindos da obra vizinha, é pintura que seria contratada de qualquer maneira (c) o terceiro está comprovado documentalmente, folha 182, e pelo depoimento do prestador de serviço, Juarez Candido, folha 213, guardando nexos causal com a obra empreendida pela ré, por tal razão será ressarcido.

No tocante ao pleito de condenação da ré na obrigação de limpar o imóvel do autor (telhado, quintal, janelas e portas externas, calhas e interna), com substituição de peças e/ou pintura eventualmente danificadas após o término da obra da requerida, observo, inicialmente, que não se admite sentença genérica no juizado especial cível (art. 38, parágrafo único, Lei nº 9.099/95) e não se admite, no direito processual, sentença condicional (art. 492, parágrafo único, CPC-15), isto é, subordinada a evento futuro e incerto.

Por tal razão, não se admite a condenação da ré na obrigação de substituir peças "eventualmente danificadas após o término da obra", vez que o dano em questão é evento futuro e



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

incerto.

Todavia, é de rigor a condenação da ré na obrigação de limpeza e pintura das áreas indicadas, porquanto há nos autos diversas fotografias indicando a necessidade de tais providências, assim como foram reforçadas pela prova oral, inclusive com menção a existência de respingos de cimento, por exemplo, no muro (folha 215/216).

Já no tocante à pretensão de indenização ao autor por danos morais decorrentes do transtorno que o autor e sua família estariam sofrendo com o caimento de rejeitos, barulho, incômodo aos finais de semana, e perda da privacidade, reputo que o caso é de procedência parcial.

No presente caso, cabe lembrar, sobre esse ponto, que a atividade normalmente desenvolvida pela ré, no empreendimento, implica, por sua natureza, risco para os direitos dos vizinhos (art. 927, parágrafo único, Código Civil). A construção do empreendimento, pela ré, é gerador do risco, devendo a ré responder objetivamente pelo dano eventualmente causado, ainda que tenha agido sem culpa, por força da responsabilidade objetiva com base no risco criado.

A questão central é se ocorreram danos morais. O dano moral pressupõe lesão a bem jurídico não-patrimonial (não conversível em pecúnia) e, especialmente, a um direito da personalidade (GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo Pamplona. Novo Curso de Direito Civil. Responsabilidade Civil. 1ª Ed. Saraiva. São Paulo: 2012. p. 55; DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. Responsabilidade Civil. 19ª Ed. Saraiva. São Paulo: 2012. p. 84; GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Responsabilidade Civil. 8ª Ed. Saraiva. São Paulo: 2013. p. 359), como a integridade física, a integridade psíquica, a privacidade, a honra e, atuando aqui como conceito central, a dignidade humana (art. 1º, III, CF).

A personalidade tem um aspecto pessoal e um aspecto social, por isso correta a lição doutrinária segundo a qual a ofensa poderá lesionar, de um lado, a valoração do próprio indivíduo sobre si (“esfera da subjetividade”), ou, de outro, a valoração da sociedade sobre o



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

indivíduo (“o plano valorativo da pessoa na sociedade”) (BITTAR, Carlos Alberto. Reparação civil por danos morais. 4ª Ed. Saraiva. São Paulo: 2015. p. 45).

Todavia, não basta a lesão a bem jurídico não patrimonial. O dano moral é a dor física ou moral que pode ou não constituir efeito dessa lesão. Concordamos, aqui, com o ilustre doutrinador YUSSEF CAHALI: “dano moral, portanto, é a dor resultante da violação de um bem juridicamente tutelado, sem repercussão patrimonial. Seja dor física – dor-sensação, como a denomina Carpenter – nascida de uma lesão material; seja a dor moral – dor-sentimento, de causa imaterial.” (in Dano moral. 4ª Edição. RT. São Paulo: 2011. pp. 28).

A distinção entre a simples lesão ao direito não patrimonial e o dano moral como efeito accidental e não necessário daquela é importantíssima. Explica, em realidade, porque o aborrecimento ou desconforto - ainda que tenha havido alguma lesão a direito da personalidade - não caracteriza dano moral caso não se identifique, segundo parâmetros de razoabilidade e considerado o homem médio, dor física ou dor moral.

O critério é seguido pela jurisprudência, segundo a qual somente configura dano moral “aquela agressão que exacerba a naturalidade dos fatos da vida, causando fundadas aflições ou angústias no espírito de quem ela se dirige” (STJ, REsp 215.666/RJ, Rel. Min. CESAR ASFOR ROCHA, j. 21/06/2001).

A prova do dano moral, porém, não se faz rigorosamente pelos mesmos meios em que se prova o dano material. O que se exige é a prova da ofensa. Uma vez comprovada esta, deve o magistrado, à luz da violação ocorrida e das circunstâncias concretas, observando as regras de experiência comum subministradas pela observação do que ordinariamente acontece (art. 335, CPC), avaliar se houve dano moral, adotando como parâmetro o homem médio.

Nesse sentido, vem à baila a lição de SERGIO CAVALIERI FILHO:

“(…) Entendemos, todavia, que por se tratar de algo imaterial ou ideal a prova do dano moral não pode ser feita através dos mesmos



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

meios utilizados para a comprovação da dano material. Seria uma demasia, algo até impossível, exigir que a vítima comprove a dor, a tristeza ou a humilhação através de depoimentos, documentos ou perícia; não teria ela como demonstrar o descrédito, o repúdio ou o desprestígio através dos meios probatórios tradicionais, o que acabaria por ensejar o retorno à fase da irreparabilidade do dano moral em razão de fatores instrumentais.

Neste ponto a razão está ao lado daqueles que entendem que o dano moral está ínsito na própria ofensa, decorre da gravidade do ilícito em si. Se a ofensa é grave e de repercussão, por si só justifica a concessão de uma satisfação de ordem pecuniária ao lesado. Em outras palavras, o dano moral existe *in re ipsa*; deriva inexoravelmente do próprio fato ofensivo, de tal modo que, provada a ofensa, *ipso facto* está demonstrado o dano moral à guisa de uma presunção natural, uma presunção *hominis* ou *facti*, que decorre das regras de experiência comum. (...)”

(in Programa de Responsabilidade Civil, 6ª Ed., Malheiros. São Paulo: 2006. pp. 108)

No presente caso, reputo que as fotografias que vieram aos autos, assim como a prova testemunhal colhida, configura prova suficiente de que os transtornos suportados pelo autor e sua família com os dejetos oriundos da obra vizinha, ao longo de tempo considerável, são suscetíveis de ensejarem lenitivo de ordem pecuniária. Não são meros aborrecimentos ou dissabores.

Acrescente-se que, como vemos, por exemplo, na fotografia de folha 177, assim como no depoimento de José Augusto da Silva, folha 212, e de Cristiane Vilma de Melo, folha



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

214, além do desprendimento de resíduos de reboco e poeira constantes, houve situações em que objetos maiores vieram a cair, as quais, embora isoladas, já foram suficientes para causar fundada preocupação no espírito do autor e sua família a propósito de sua segurança e integridade física, aumentando os transtornos que já não são poucos por conta da poeira e restos de argamassa ou cimento.

Não se trata de situação ordinária e tolerável, mas sim de violação que afeta toda a rotina de vida na residência, impactando permanentemente sobre a vida no lar. Há, segundo regras de experiência, agressão que exacerba a naturalidade dos fatos da vida.

Outra questão diz respeito ao valor da indenização, caso identificado o dano moral. A dificuldade está em se mensurar a indenização, pois a régua que mede o dano não é a mesma que mede a indenização. Se o dano é material, o patrimônio e sua variação constituem parâmetros objetivos para a indenização<sup>1</sup>. Há equivalência lógica entre o dano e a indenização, porque ambos são conversíveis em pecúnia. Isso não se dá, porém, em relação ao dano moral. Por sua natureza, inexistem parâmetros para se medir, em pecúnia, a extensão do dano não patrimonial.

Isso significa que um pagamento em dinheiro jamais reparará o dano moral, vez que a dignidade aviltada pela lesão não é restituída, com qualquer pagamento, à situação existente antes do dano.

Tal circunstância bem explica a impossibilidade de se arbitrar, de modo objetivo, o valor da indenização, com base na extensão do dano. Com efeito, é teoricamente possível, embora não sem esforço, graduar as lesões a direitos da personalidade, ao menos a título comparativo, podendo-se definir, de caso concreto em caso concreto, segundo critérios de razoabilidade, níveis de intensidade da lesão. Mas da graduação do dano não se passa, objetivamente, à gradação da indenização, que se dá em pecúnia. O problema não é resolvido. Por esse motivo, tem-se a

<sup>1</sup> No caso do dano emergente, paga-se o montante estimado para o restabelecimento do patrimônio anterior, que foi diminuído. No caso dos lucros cessantes, paga-se valor estimado com base na expectativa razoável de acréscimo patrimonial, que foi obstado.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

inaplicabilidade, ao menos total, da regra do art. 944 do CC, segundo a qual “a indenização mede-se [apenas] pela extensão do dano”.

A indenização deve levar em conta o papel que desempenha. Em realidade, a indenização exerce função diversa, no dano moral, daquela desempenhada no dano material. A função é compensatória, ao invés de reparatória. A indenização corresponde a um bem, feito ao lesado, no intuito de compensá-lo pela lesão imaterial sofrida, como um lenitivo, uma satisfação que servirá como consolo pela ofensa cometida.

Às vezes, esse propósito compensatório pode ser promovido por intermédio de punição: a indenização – dependendo de seu valor – é vista como retribuição ao ofensor pelo mal por ele causado, o que pode trazer para a vítima alguma paz de espírito.

Mas a punição é função secundária, e não autoriza indenizações em patamar extraordinário como as verificadas em outros ordenamentos jurídicos, mormente no norte-americano por intermédio dos punitive damages.

Nosso sistema jurídico não prevê essa figura, consoante lição do STJ: “(...) A aplicação irrestrita das punitive damages encontra óbice regulador no ordenamento jurídico pátrio que, anteriormente à entrada do Código Civil de 2002, vedava o enriquecimento sem causa como princípio informador do direito e após a novel codificação civilista, passou a prescrevê-la expressamente, mais especificamente, no art. 884 do Código Civil de 2002.” (AgRg no Ag 850.273/BA, Rel. Min. Des. Convocado HONILDO AMARAL DE MELLO CASTRO do TJ/AP, 4ªT, j. 03/08/2010).

Com os olhos voltados à função compensatória, a doutrina e a jurisprudência traçaram as principais circunstâncias a serem consideradas para o arbitramento do dano moral, sendo elas (a) a extensão do dano, isto é, da dor física ou psíquica experimentada pela vítima (b) o grau de culpabilidade do agente causador do dano (c) a eventual culpa concorrente da vítima, como fator que reduz o montante indenizatório (d) as condições pessoais da vítima (posição





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

política, social e econômica).

Há quem ainda proponha a condição econômica do ofensor, referida na fundamentação de muitos precedentes. Todavia, tal elemento deve ser bem compreendido, à luz das soluções que os precedentes tem apresentado nos inúmeros casos postos à apreciação judicial. Com efeito, a jurisprudência preocupa-se muito com a questão do enriquecimento indevido, o que serve de argumento contrário à fixação de valores indenizatórios altíssimos com base na robusta condição do ofensor. Temos observado que, na realidade, a condição econômica é considerada, mas especial e essencialmente nos casos de ofensores de modestas posses ou rendas, para reduzir equitativamente a indenização, evitando a ruína financeira.

Na hipótese vertente, reputo que a extensão dos danos é agravada pelo longo tempo da obra, assujeitando o autor e sua família a transtornos reiterados, mas, por outro lado, é minimizada pelo empenho razoável empreendido pela ré para reduzir os transtornos, inclusive efetuando reparos no imóvel do autor. Não se identifica culpa em sentido estrito da ré, que é responsabilizada, como vimos acima, com fulcro no art. 927, parágrafo único do Código Civil. Por tal razão, segundo critérios de razoabilidade e proporcionalidade, a indenização é fixada em R\$ 3.000,00.

Quanto ao pedido contraposto, a ré não demonstrou o seu direito de exigir a providência reclamada, motivo pelo qual será rejeitado.

Ante o exposto, rejeitado o pedido contraposto, acolho o pedido originário movido por João Carlos Dotta contra Pieno Arquitetura Ltda., para condenar a ré a (a) confirmada a liminar, colocar e manter telas de proteção na obra, a fim de evitar que rejeitos e dejetos da construção caiam no imóvel, sob pena de multa diária de R\$ 100,00 (b) pagar ao autor R\$ 150,00, com atualização monetária pela Tabela do TJSP desde 25/11/2016 (folha 182) e juros moratórios de 1% ao mês desde a citação (c) limpar o imóvel do autor (telhado, quintal, janelas e portas externas, calhas e interna), e efetuar a pintura necessária, após o término da obra, que deverá ser





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

noticiada nos autos pelo autor (d) pagar ao autor R\$ 3.000,00, com atualização monetária pela Tabela do TJSP desde a presente data e juros moratórios de 1% ao mês desde a citação.

Sem verbas sucumbenciais, no juizado.

P.I.

São Carlos, 26 de abril de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**